

A ARQUITETURA DA CRISE FINANCEIRA

Zeno Soares Crocetti
professor doutor
Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA/Foz do Iguaçu/Brasil
Artigo de pesquisa em andamento/zeno.crocetti@unila.edu.br

Introdução

O estudo sistemático das crises do sistema capitalista fez parte do projeto teórico que Marx não pôde concluir. Não obstante, ao longo de sua principal obra, O Capital, é possível recolher elementos que permitem uma aproximação consistente da explicação sobre esse fenômeno próprio do modo de produção em questão. Esses elementos estão distribuídos não apenas de modo esparso ao longo dos vários capítulos que compõem a obra, mas também encadeados como o desenvolvimento lógico a partir dos momentos fundamentais da economia capitalista, identificadas pelo autor desde o primeiro parágrafo.

Para Marx a crise no sistema capitalista, ou as três modalidades de crises, são o momento de reunificação dos polos contrários autonomizados. A concorrência é a forma como a lei geral de funcionamento da acumulação capitalista se impõe aos capitais individuais na concretude do sistema. Assim como a lei da queda da taxa de lucro, a lei geral da acumulação está sempre operante, manifeste-se ou não. Isso nos levou a compreender as crises a partir do elemento básico da produção capitalista, a mercadoria. As crises representam apenas, ainda que de modo extremamente violento, a irrupção dessa contradição entre produção e realização, desdobrada da contradição básica entre valor de troca e valor de uso, decorrente da diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, característica central do modo de produção. As modalidades de crises do capitalismo para Marx são;

1. As **crises conjunturais cíclicas de superprodução**,
2. A **crise estrutural** do capitalismo, intrínseca ao capitalismo e que tenderia a ser cumulativa.
3. A **crise final**, onde aconteceria o colapso do capitalismo, que seria substituído pelo socialismo através da "revolução do proletariado".

Esse trabalho pretende abordar a questão das crises a partir das pesquisas de Marx, Schumpeter, Kondratiev, Piketty, Rangel, Mamigonian, Wood, Mandel, Hobsbawm e Amin e associando-as com a lei geral de acumulação capitalista, cujo fundamentalismo ocidental, é o consumo. Para explicar a conexão lógica que une o fenômeno das crises à contradição básica do sistema, retomaremos as formas mais abstratas dessa oposição para, em seguida, abordar seus desdobramentos ao longo do desenvolvimento da teoria sobre o capital.

Considero esse tema complexo e excessivamente explorado. Sendo estas análises provisórias no conjunto do conhecimento, uma vez que essa pesquisa encontrasse em sua fase inicial e podem ser alteradas e aprofundadas posteriormente, com a continuidade dos estudos no campo das relações da sociedade, do território, da economia e das tecnologias. Este texto é ainda um esboço, portanto peço que o considerem com generosidade nos debates.

Palavras-chave: Geografia econômica, economia política, globalização, neoliberalismo e território usado.

A Gênese da crise

Poucos observadores, em 1849, poderiam ter predito que 1848 iria ser a última revolução geral no ocidente. As reivindicações políticas do liberalismo, radicalismo democrático e nacionalismo, apesar de excluírem a "república social", viriam a ser gradualmente realizadas nos 70 anos seguintes na maioria dos países desenvolvidos, sem maiores distúrbios internos, e a estrutura social da parte desenvolvida do continente iria provar a si mesma ser capaz de resistir às explosões catastróficas do século XX, pelo menos até o presente (1974). A razão principal para isso reside na transformação e expansão econômica extraordinárias dos anos entre 1848 e o início da década de 1870, que é o assunto principal

deste capítulo. Foi o período no qual o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países "desenvolvidos" transformou-se em economias industriais.

Esta era de desmedido avanço econômico começou com um boom que viria a ser o mais espetacular ocorrido até então, e, sobretudo por ter sido temporariamente impedido pelos eventos de 1848. As revoluções haviam sido precipitadas pela última e talvez maior das crises econômicas do tipo antigo. O novo mundo do "ciclo do comércio" que apenas os socialistas haviam reconhecido como o ritmo básico e modo de operação da economia capitalista tinham seu tipo próprio de flutuações econômicas e suas próprias dificuldades. Porém, em meados da década de 1840, embora a difusa e incerta era do desenvolvimento capitalista desse a impressão de estar chegando a um fim, ao contrário, o grande salto para a frente estava apenas por começar. 1847-48 viu um severo tropeço do ciclo do comércio, provavelmente agravado por problemas remanescentes mais antigos. De qualquer modo, de um ponto de vista puramente capitalista, era apenas uma depressão aguda naquilo que já parecia uma tumultuada economia de negócios. James de Rothschild, que olhava a situação econômica de 1848 com bastante complacência, era um homem de negócios sensível, mas profeta político bem pobre. O pior do "pânico" parecia ter passado e as perspectivas em longo prazo eram mais róseas. Porém, embora a produção industrial tivesse se recuperado bem rapidamente, mesmo depois da virtual paralisia dos meses revolucionários, a atmosfera geral permanecia incerta.

Hobsbawn, A Era do Capital, p. 9-14.

A fase atual do capitalismo, como sistema político hegemônico mundial, é na realidade o neoimperialismo, que se alimenta da conquista de territórios, mas não mais territórios extensões de terras como no passado, mas sim de territórios produtivos, territórios de consumo, o "fundamentalismo Ocidental hoje é o Consumo". O fim da Guerra Fria, não significou, de maneira alguma, que o mundo tenha superado a bipolaridade e reencontrado a estabilidade, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Pois, se há vencedores, é difícil nomear quem é o vencedor. Os Estados Unidos? A União Europeia? O Japão? A tríade juntos?

A derrota do "império do mal" abre novos mercados, cuja conquista pode provocar uma nova guerra mundial.

O globalitarismo, essa Nova Ordem Mundial, regrediu no tempo e no espaço, essa estranha modernidade, que dá dois passos para frente, três para trás. A primeira década no novo milênio assemelha-se mais aos séculos bárbaros precedentes do que ao futuro racional, descrito por tantos romances de ficção científica. Pois, centenas de países e nações, riquezas e, sobretudo, uma imensa força de trabalho disponível aguardam seu novo patrão. Única é a função de mestre do mundo, numerosos são os candidatos. Vem aí uma nova guerra entre os que pretendem fazer parte do "império do bem".

Ela tem início logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, na Europa, depois nos EUA, onde o capitalismo imperava com maior vigor. Essa ordem surge como reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem estar social. Sua tese original é o texto de Friedrich Hayek, O Caminho da Servidão, datado de 1944.

É um ataque velado e radical contra os mecanismos de controle do Estado, imposto pelo Mercado. Prega liberdade total de comércio, sem limites, sem controles. Sobrevivem de estratégias, orquestradas pelas mídias de aluguel, que em uni som vivem denunciando, esbravejando que qualquer tentativa de barrar os avanços do neoliberalismo globalizado é uma ameaça letal à liberdade, econômica e política. Sua mensagem é drástica apesar de suas boas intenções, o projeto de administração do Estado moderado, imposta via Consenso de Washington aos países da periferia do sistema capitalista, poderá conduzir ao mesmo desastre que o Nazismo Alemão, ou seja, a servidão moderna.

Hayek inconformado com o avanço do Estado de Bem-estar na Europa, em 1947 convocou alguns simpatizantes de sua orientação ideológica para uma reunião na Suíça. Entre os participantes estavam também inimigos declarados do (novo programa – New Deal, estadunidense). Nesse encontro se fundou a sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de Franco-maçonomia Neoliberal, retamente organizada e dedicada. Seu objetivo básico era combater o

keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases do novo capitalismo, duro e livre de regras.

Modelos Ciclos de Kondratiev

CICLOS ECONÔMICOS DE KONDRATIEV							
Primeiro Ciclo		Segundo Ciclo		Terceiro Ciclo		Quarto Ciclo	
Fase (a)	Fase (b)	Fase (a)	Fase (b)	Fase (a)	Fase (b)	Fase (a)	Fase (b)
1790-1815	1815-1848	1848-1873	1873-1896	1896-1920	1920-1948	1948-1973	1973- (?)

FONTE: MAMIGONIAN: 1987, p. 63-71.

Nesse período, (1945-60), o mundo vivia sua idade do ouro, apresentado o crescimento mais rápido da economia, ou seja, estávamos surfando na onda do ciclo longo de Kondratieff em sua fase “A” expansiva. Por essa razão, a polêmica contra a regulação social, tem uma receptividade maior, e Hayek e seus companheiros pregam que o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado, de Bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – Na realidade imprescindível em si, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Essa tese permaneceu na teoria Neoliberal por mais de 20 anos.

Crise Estrutural

Com a crise cíclica estrutural do Capitalismo, deflagrada com a primeira e segunda crise do petróleo de 1973/74 e 1978-79, fase “B” do ciclo longo de Kondratieff, que levou o mundo a uma bruta recessão, combinando com baixas taxas de crescimento da economia aliada as altas taxas de inflação, pela primeira vez, abriu caminho para as ideias Neoliberais, que passaram a ganhar maior visibilidade. As raízes da crise, afirmava Hayek e seus companheiros, estavam localizados no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento social organizado, que corroeram as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários, e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez os gastos sociais.

Os salários e os encargos sociais segundo a análise neoliberal destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que levaram a uma crise geral das economias capitalistas, esses argumentos foram usados em rede mundial articulados em comum acordo com a Mídia de Aluguel corporativa mundial para mascarar a crise Geral do Capitalismo, diagnosticada por Marx, e estudada por Kondratiev e Schumpeter. O remédio era claro; manter o Estado forte; sim; mas só na sua capacidade de romper e esmagar o poder dos sindicatos e o controle monetário, mas sem ação e fraco para investimentos, intervenções econômicas e gastos sociais. Mas o receituário só terá sucesso se vir associado à estabilidade monetária, controle inflacionário, que irá garantir as bases do intervencionismo Neoliberal.

Cerca de 61% de todos os estadunidenses eram “classe média” em 1971, enquanto, hoje, o número caiu para 51%. A classe média está envolvida em uma guerra até a morte nos Estados Unidos com os agentes de Wall Street que pretendem privá-los do trabalho, tirar seus ativos, executar a hipoteca de suas casas, e deixá-los sem nenhum dinheiro para enfrentar a velhice. É apenas uma boa e velha luta de classes – e como Warren Buffett opinou – a classe dele está ganhando.

Mike Whitney, Washington Post.

Sendo assim; uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, que naquele momento (1973-79), estavam às voltas com uma estagnação, resultados das políticas de Keynes, ou seja, a intenção anticíclica de redistribuição social, as outras haviam desgraçadas o mundo normal da acumulação e do livre mercado. Anulavam pela força do controle da circulação das ideias, vide controle da mídia de aluguel, e a compra de pesquisadores vassalos, na periferia do Sistema Capitalista e no Centro do Império também (John Williamson, Milton Friedman, etc.) para reafirmar e legitimar sua tese, Dessa maneira, o crescimento da

economia cresceria quando a estabilidade monetária (fim da Inflação) e os incentivos essenciais para retomada do desenvolvimento e da modernidade.

O modelo neoliberal levou mais de uma década para ser implantado, pois a maioria dos países europeus adotava a cartilha Keynesiana. O pioneiro do modelo foi o Chile, sob a tutela militar de Pinochet, no início dos anos 1970, começou de modo avassalador, desregulamentação econômica, profissional, desemprego em massa, repressão sindical, concentração de renda em favor da elite, privatização de bens públicos, tudo isso inspirado no modelo neoliberal estadunidense de Milton Friedman.

O crescimento da última década foi celebrado como a expressão de um triunfo inexecedível da experiência capitalista dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. Avaliações peremptórias não hesitaram em apontá-la como superior não só à experiência socialista, como também a de outros tipos de capitalismo, como o japonês e os modelos europeus de sociedade e de economia.

O crescimento desse período teve início na segunda metade de 1992, foi lento até mais ou menos 1995/1996 e, paradoxalmente, começou a se acelerar após as crises mexicana, asiática e brasileira. Em boa medida a economia estadunidense se nutriu das crises na periferia do sistema para ganhar nervos e musculatura. O período que vai do final dos anos 1970 até esse salto, marca uma lenta recuperação do poderio econômico, militar e financeiro dos Estados Unidos. Ele se fez não só com as transformações política e econômica da URSS, mas também com a imposição do padrão capitalista de financeirização estadunidense do país às demais nações.

Desde os anos 1970, os Estados Unidos já vinham abandonando certas referências que marcaram seu crescimento no pós-guerra, bem como desmontando regras prudenciais de gestão financeiras adotadas a partir dos anos 1930 e consolidadas durante o esforço bélico. Tais características haviam contribuído significativamente para a recuperação da Europa no pós-guerra, além de abrirem espaços para a industrialização de países periféricos. A existência de um bloco socialista competindo com o capitalismo foi igualmente decisiva na ampliação das oportunidades de desenvolvimento no planeta.

É importante lembrar que a direção política do capitalismo estadunidense nesse período era bem mais heterogênea do que a atual. Havia, por exemplo, dentro do governo Roosevelt, uma fração muito importante do Partido Democrata que preconizava um futuro salvaguardado pela aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética. O inimigo verdadeiro, desse ponto de vista, seria o velho imperialismo europeu, o que explica, em parte, as dificuldades do representante inglês em Bretton Woods, John Keynes, para viabilizar suas propostas de reforma do sistema monetário internacional.

Ao contrário do que ocorreu no final da I Guerra Mundial, porém, e que levou à crise do capitalismo desregulado de então, cujo ápice foi a Depressão de 1929 e dos anos 1930 - em 1944 os EUA tomaram a decisão política de não repetir os erros do passado. O Plano Marshall e o impulso dado à reconstrução europeia para a unificação econômica foram decisivos para a economia alemã e a francesa se rearticular. Da mesma forma, o financiamento estadunidense foi o divisor que permitiu a reconstrução econômica japonesa.

A impressão dominante naquele momento era a de que o capitalismo estava diante de um sólido e prolongado ciclo de expansão a salvo das flutuações cíclicas violentas inerentes à sua dinâmica de crescimento. Novas formas de regulação e controle do sistema haviam sido introduzidas sob o impulso de forças sociais que emergiram ao final da Guerra, entre elas os partidos comunistas, que tiveram papel relevante na definição das estratégias de reconstrução do capitalismo europeu. Entre as principais características dessa nova institucionalidade estava a admissão de que o Estado, obrigatoriamente, deveria promover a regulação do ciclo econômico.

Os Estados nacionais passaram então a se apropriar e a dispendir uma fatia do produto nacional muito superior àquela observada nos anos 1920. O maior controle público sobre o excedente evitaria que as flutuações do ciclo econômico redundassem em ajustes baseados na contração quase automática da renda e do emprego como ocorrera até 1929. A segunda característica associada às coligações sociais e políticas que emergiram nesse período foi o crescimento do salário real e dos benefícios sociais, paralelamente ao aumento da produtividade do trabalho. Um terceiro pilar fundamental de sustentação dessa arquitetura foi à instituição do controle dos movimentos de capitais entre os países, sobretudo dos capitais de curto prazo.

Vale lembrar que a reforma que Keynes e Dexter White tentaram aprovar em Breton Woods envolvia, grosso modo, as seguintes balizas: o dinheiro internacional seria simplesmente uma moeda de conta, permitindo que os países trocassem mercadorias por mercadorias. O dinheiro funcionaria assim apenas como referência de cálculo. Os países que tivessem déficit registrariam num banco internacional, em sua conta, a dívida com os demais. A compensação entre os déficits e superávits tornaria desnecessário saldar dívidas através de movimentos de capitais de curto prazo. Keynes, a partir da experiência nefasta dos anos 1920, estava convencido de que não era prudente delegar aos mercados a regulação do fluxo monetário internacional. Tampouco eles deveriam assumir a responsabilidade pelo fornecimento de liquidez aos países que porventura registrassem déficit na balança de pagamentos.

Como se sabe esse sistema não foi aceito em sua totalidade nem pelos Estados Unidos, nem pela Inglaterra. Mesmo assim o acordo de Bretton Woods permitiu que os países controlassem suas contas de capital, proporcionando-lhes maior autonomia na fixação das políticas monetária e fiscal. A prerrogativa de proibir a entrada e a saída de capitais manteve-se até meados da década de 1980, inclusive no Brasil, garantindo certo grau de proteção à política econômica contra ondas de volatilidade e movimento especulativo no plano internacional. Ao contrário do que ocorre hoje, caso houvesse uma crise na Bolsa de Nova York, os governos não tinham que elevar a taxa de juro – dispunham de instrumentos para impedir que os efeitos da turbulência fossem integralmente internalizados.

O que se verifica agora é exatamente o oposto. Capitais se movem livremente pelo planeta apostando na desvalorização das moedas; promovendo chantagem explícita contra políticas de juro baixo; ou ainda tomando posição nos mercados à vista, ou de contratos futuros, contra economias supostamente dotadas de moedas frágeis. Se esses mercados funcionam livremente, a especulação é inevitável - por definição, eles são mercados especulativos. Falar em controle de capitais tornou-se um anátema a partir dos anos 1970 – pelo menos foi assim até a emergência da nova crise acionada pelo estouro da bolha imobiliária nos EUA. Na verdade, os grandes protagonistas do processo econômico, a grande empresa internacional e os grandes bancos, frequentemente ganham mais dinheiro no mercado financeiro do que na produção de mercadorias.

Quando uma empresa está localizada em vários mercados, como ocorre hoje, poderá ter um ganho fenomenal se estiver bem posicionada diante de uma alteração cambial – o que não é difícil considerando-se que têm acesso a boas informações e relações estreitas com grandes bancos. Em caso de aposta equivocada, todavia, as perdas, como estamos vendo, podem assumir contornos sistêmicos imprevisíveis.

Para os reformadores de Bretton Woods a estabilidade do câmbio e dos juros era fundamental para a tomada de decisão na esfera produtiva do capitalismo. Uma decisão de longo prazo, como é o caso de um grande investimento, requer um horizonte razoável de segurança e para isso duas taxas devem oferecer certo grau de previsibilidade: a taxa de juros e a taxa de câmbio. Esses são dois preços-chave da economia que informam fundamentalmente a decisão capitalista: a taxa de juros indica qual é a conveniência do detentor da riqueza mantê-la sob a forma de capital monetário ou investi-la sob a forma produtiva, ou qualquer outra forma. Para isso a estabilidade da taxa de juro em um patamar moderado é fundamental. No caso da taxa de câmbio, o que se espera é que ela amplie o horizonte de paridade entre o dinheiro particular – as moedas nacionais – e a moeda de referência mundial. Se esses preços flutuam erráticamente, a decisão do capitalista torna-se totalmente desordenada.

A lógica do controle dos capitais que prevaleceu nos anos 1950/60 permitiu que as economias pudessem crescer de maneira mais ou menos equilibrada gerando, não por acaso, aquilo que se convencionou chamar de milagre alemão, milagre japonês, milagre italiano... Tudo ancorado na arquitetura de um capitalismo domesticado, quer dizer, do capitalismo controlado politicamente pela intervenção do Estado em cada país. Essa institucionalidade impediu que fossem reproduzidas as crises dos anos 1920, e mesmo as crises do final do século XIX em boa parte do século XX.

Conclusão

Uma das razões pelas quais a crise do capitalismo não acabou foi que as novas tecnologias continuam proporcionalmente atrasadas. Atrasadas porque a financeirização foi prioridade para ter uma lucratividade imediata. O capitalismo está atrasado do ponto de vista de revolução tecnológica. E só essa revolução tecnológica é que vai permitir à economia mundial toda se recuperar. A atual crise da primeira década dos 2000, essa crise vai acelerar a corrida tecnológica porque está demonstrado que aqueles que ficarem esperando excessivamente vão ficar para trás.

A questão da revolução tecnológica é uma questão da qual não se escapa. Isso não é uma coisa que se possa controlar ou deixar de controlar. São leis do capitalismo. O capitalismo quando entra num período depressivo é obrigado a procurar novas fórmulas de lucratividade. E uma delas são tecnologias novas. Nesse sentido, dá para dizer que o fordismo já acabou, foi substituído pelo toyotismo. Dá pra dizer que a segunda revolução industrial já acabou ela está sendo substituída pela terceira. Então, é um fenômeno inexorável — não é coisa que dá pra ser a favor ou contra.

A relação produção/consumo para o capitalismo é fundamental. Não se pode brincar. Conseqüentemente, o que vem por aí — num futuro relativamente próximo — é uma diminuição da jornada de trabalho, como já houve nas outras revoluções industriais. Porque para o capitalismo não interessa ter uma população desempregada muito numerosa. Há uma margem de tolerância política. E, por outro lado, há uma necessidade de que a relação entre produção que sobe verticalmente pela revolução tecnológica seja acompanhada por uma capacidade de consumo. Essa capacidade de consumo pode ser induzida pelos Estados, sob a forma de uma redução da jornada de trabalho como aconteceu em todas as revoluções industriais.

REFERÊNCIAS

- AMIM, S. O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- BENSAID D. Marx, o intempestivo - grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização, 2005.
- CHESNAIS, F. [et al.] A Finança Capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.
- CROCKETTI, Z. S. Geografia e Poder: A dialética do território. In: Geografia e interfaces de conhecimento debates contemporâneos sobre ciência, cultura e ambiente. Londrina: EDUEL, 2011, p. 229-252.
- FIORI, J. L. História, Estratégia e Desenvolvimento. São Paulo: Boitempo, 2014.
- HOBBSAWM, Eric. A Era do Capital 1848-1875. São Paulo: Paz & Terra, 3ª edição.
- HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Boitempo, 2003, 1ª edição.
- JOHNSON, Chalmers. As Aflições do Império. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- KAPLAN. R. D. A vingança da Geografia. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- KLEIN, N. A Doutrina do Choque. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KONDRATIEFF, N. D. (1939) The Long Wave Cycle. London: E P Dutton, 1984, 138 p.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. Florianópolis: Cadernos Geográficos. UFSC/CFH/GCN, nº 2. Imprensa Universitária, 2000.
- MANDEL, Ernest. Las ondas largas del desarrollo capitalista. Madrid: Siglo XXI, 1986. 1ª edição.
- MARX, K. O Capital, Volume I, II e III. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.
- PERKINS, J. Confissões de um assassino econômico. São Paulo: Cultrix, 2005.
- PIKETTY, T. O Capital no século XXI. São Paulo: Intrínseca: Rio de Janeiro, 2014.
- SANTOS, M. Por Uma Outra Globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000, 79-116.
- SCHUMPETER, J. A. Ciclos Econômicos. In: A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- SMICK, D. M. O Mundo é Curvo. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.
- SOROS, G. O Novo Paradigma Para os Mercados Financeiros. São Paulo: Agir, 2008.
- WALLERSTEIN, I. O universalismo europeu. São Paulo: Boitempo, 2013.
- WHEEN, F. Como a Picaretagem Conquistou o Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- WOOD, Ellen. A Origem do Capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 1ª edição.

————— Império do Capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZIZEK, S. Primeiro como tragédia, depois como farsa. São Paulo: Boitempo, 2013. 3ª edição.